

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
Notas Explicativas	30

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.682.092
Preferenciais	0
Total	1.682.092
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	1.924.183	1.776.053	1.720.922
1.01	Ativo Circulante	43.317	73.030	52.771
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.372	16.912	18.592
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.372	16.912	18.592
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.207	2.814	4.210
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.207	2.814	4.210
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	3.381	2.689	3.897
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	826	125	313
1.01.03	Contas a Receber	16.843	16.007	12.429
1.01.03.01	Clientes	16.843	16.007	12.429
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.072	1.089	914
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.072	1.089	914
1.01.07	Despesas Antecipadas	692	634	1.601
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	692	634	1.601
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.131	35.574	15.025
1.01.08.03	Outros	13.131	35.574	15.025
1.01.08.03.01	Outros Créditos	8.146	6.388	3.312
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	407	1	0
1.01.08.03.03	Adiantamentos a fornecedores	4.496	4.497	5.121
1.01.08.03.04	Seguros a Receber	82	24.688	6.592
1.02	Ativo Não Circulante	1.880.866	1.703.023	1.668.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.816	17.881	17.665
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.814	17.881	17.665
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	1.089	1.286	1.227
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	16.725	16.595	16.438
1.02.03	Imobilizado	23.722	14.426	13.406
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.722	14.426	13.406

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.04	Intangível	1.839.328	1.670.716	1.637.080
1.02.04.01	Intangíveis	1.839.328	1.670.716	1.637.080

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	1.924.183	1.776.053	1.720.922
2.01	Passivo Circulante	220.722	196.280	174.984
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.617	5.078	3.980
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.617	5.078	3.980
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.617	5.078	3.980
2.01.02	Fornecedores	32.826	23.288	23.924
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.826	23.288	23.924
2.01.02.01.01	Fornecedores	30.761	23.288	23.100
2.01.02.01.02	Risco Sacado	334	0	824
2.01.02.01.03	Fornecedores FIDC	1.731	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.428	4.183	3.598
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.428	4.183	3.598
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.428	4.183	3.598
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.197	41.044	37.140
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.197	41.044	37.140
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.197	41.044	37.140
2.01.05	Outras Obrigações	109.178	103.735	82.625
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	961	720	1.840
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	961	720	1.840
2.01.05.02	Outros	108.217	103.015	80.785
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	739	711	679
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	93.626	89.491	73.592
2.01.05.02.11	Passivo de Arrendamento	13.852	12.813	6.514
2.01.06	Provisões	23.476	18.952	23.717
2.01.06.02	Outras Provisões	23.476	18.952	23.717
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	23.476	18.952	23.717
2.02	Passivo Não Circulante	462.383	501.399	469.388
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	211.979	253.804	290.809

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	211.979	253.804	290.809
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	211.979	253.804	290.809
2.02.02	Outras Obrigações	50.799	56.949	37.210
2.02.02.02	Outros	50.799	56.949	37.210
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	29.571	24.709	20.554
2.02.02.02.11	Passivo de Arrendamento	21.228	32.240	16.656
2.02.04	Provisões	199.605	190.646	141.369
2.02.04.02	Outras Provisões	199.605	190.646	141.369
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	61.433	68.442	61.182
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	138.172	122.204	80.187
2.03	Patrimônio Líquido	1.241.078	1.078.374	1.076.550
2.03.01	Capital Social Realizado	1.682.092	1.422.109	1.183.000
2.03.01.01	Subscrito	1.682.092	1.422.109	1.183.000
2.03.02	Reservas de Capital	579	579	579
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	579	579	579
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-441.593	-344.314	-107.029

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	496.483	439.747	494.703
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-496.676	-438.903	-483.534
3.03	Resultado Bruto	-193	844	11.169
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.160	-183.586	-20.052
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.216	-22.438	-20.060
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40.944	-161.148	8
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	568	-1	8
3.04.05.04	Provisão para redução ao valor recuperável	-41.512	-161.147	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-62.353	-182.742	-8.883
3.06	Resultado Financeiro	-34.926	-54.543	-28.575
3.06.01	Receitas Financeiras	4.713	4.418	4.757
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.639	-58.961	-33.332
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-97.279	-237.285	-37.458
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	45
3.08.01	Corrente	0	0	45
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-97.279	-237.285	-37.413
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-97.279	-237.285	-37.413
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,06249	-0,18239	-0,03588

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-97.279	-237.285	-37.413
4.03	Resultado Abrangente do Período	-97.279	-237.285	-37.413

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	95.447	55.314	67.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	120.700	124.007	115.770
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-97.279	-237.285	-37.413
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	88.901	82.635	65.705
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	1.379	179	888
6.01.01.05	Capitalização de juros	-24.025	-26.948	-27.452
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	33.148	36.866	35.969
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis e trabalhistas	21.611	44.744	35.607
6.01.01.08	Provisão e atualização monetária da provisão para manutenção	42.469	40.641	36.827
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	225	282	161
6.01.01.10	Obrigações com Poder Concedente	10.369	8.533	7.853
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-51	-52	-50
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	0	-45
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-2.021	-2.411	-2.280
6.01.01.19	Atualização monetária e Provisão outras contas a pagar	4.462	15.676	0
6.01.01.20	Provisão para redução ao valor recuperável	41.512	161.147	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-25.253	-68.693	-48.441
6.01.02.01	Clientes	-1.061	-3.860	-1.859
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-983	-175	-520
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-60	967	-1.084
6.01.02.04	Depósitos judiciais	248	-7	28
6.01.02.05	Outros créditos, adiantamento a fornecedores e seguros a receber	22.849	-20.548	-9.257
6.01.02.06	Fornecedores, FIDC e Risco sacado	9.538	-636	4.492
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	539	1.098	277
6.01.02.08	Partes relacionadas	-165	-1.121	864
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	245	585	439
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas	-5.643	-2.727	-4.318
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção	-44.954	-38.146	-34.050

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.12	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-10.341	-8.501	-7.784
6.01.02.13	Outras contas a pagar	4.535	4.378	4.286
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	45
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-283.609	-215.393	-282.402
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-14.566	-5.344	-3.441
6.02.02	Aquisição de intangível	-269.541	-213.699	-281.192
6.02.03	Aplicações financeiras	-701	188	631
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	1.199	3.462	1.600
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	177.622	158.399	208.811
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-51.701	-47.033	-40.390
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-30.660	-33.677	-33.299
6.03.07	Aporte de Capital	259.983	239.109	282.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-10.540	-1.680	-6.262
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.912	18.592	24.854
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.372	16.912	18.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374
5.04	Transações de Capital com os Sócios	259.983	0	0	0	0	259.983
5.04.01	Aumentos de Capital	259.983	0	0	0	0	259.983
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-97.279	0	-97.279
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-97.279	0	-97.279
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.682.092	579	0	-441.593	0	1.241.078

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550
5.04	Transações de Capital com os Sócios	239.109	0	0	0	0	239.109
5.04.01	Aumentos de Capital	239.109	0	0	0	0	239.109
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-237.285	0	-237.285
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.422.109	579	0	-344.314	0	1.078.374

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	900.500	579	0	-69.616	0	831.463
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	900.500	579	0	-69.616	0	831.463
5.04	Transações de Capital com os Sócios	282.500	0	0	0	0	282.500
5.04.01	Aumentos de Capital	282.500	0	0	0	0	282.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.413	0	-37.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.413	0	-37.413
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.183.000	579	0	-107.029	0	1.076.550

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	517.593	460.800	514.153
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	242.958	241.220	224.667
7.01.02	Outras Receitas	6.099	5.665	5.233
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	268.536	213.915	284.253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-394.989	-346.574	-405.544
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-380.554	-327.632	-392.136
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.300	-18.700	-13.336
7.02.04	Outros	-135	-242	-72
7.03	Valor Adicionado Bruto	122.604	114.226	108.609
7.04	Retenções	-130.413	-243.783	-65.705
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-88.901	-82.635	-65.705
7.04.02	Outras	-41.512	-161.148	0
7.04.02.02	Outras receitas (despesas), líquidas	0	-1	0
7.04.02.03	Provisão para redução ao valor recuperável	-41.512	-161.147	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-7.809	-129.557	42.904
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.281	4.418	4.765
7.06.02	Receitas Financeiras	4.713	4.418	4.757
7.06.03	Outros	568	0	8
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	568	0	8
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.528	-125.139	47.669
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.528	-125.139	47.669
7.08.01	Pessoal	32.115	29.904	29.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.423	21.614	22.638
7.08.01.02	Benefícios	7.185	6.911	6.107
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.507	1.379	1.177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	20.975	20.811	19.333
7.08.02.01	Federais	9.091	9.012	8.346
7.08.02.03	Municipais	11.884	11.799	10.987

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.661	61.431	35.827
7.08.03.01	Juros	6.818	6.777	6.011
7.08.03.02	Aluguéis	2.022	2.470	2.495
7.08.03.03	Outras	32.821	52.184	27.321
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-97.279	-237.285	-37.413
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-97.279	-237.285	-37.413

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2024

Introdução

A Administração da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2023.

Companhia

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a Eco101 assinou o Contrato de Concessão para exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açú, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

Termo de Autocomposição para otimização e modernização do Contrato de Concessão

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram sendo firmados, para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sexto Termo Aditivo – foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Eco101, juntamente com a ANTT e Ministério apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Eco101, União – por intermédio do Ministério dos Transportes, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT adotará as medidas necessárias para realização do processo competitivo, por meio de leilão, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. O critério de julgamento será o de melhor proposta, pelo menor valor da tarifa de pedágio. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e será realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão com o vencedor do leilão. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da autocomposição serão reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando do início da vigência do aditivo de readequação do Contrato de Concessão.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

Resultados operacionais e financeiros

Volume de tráfego

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 63.684 mil em 2024, que corresponde a um aumento de 5,7% em relação a 2023. O tráfego de veículos leves apresentou aumento de 2,5% devido às condições climáticas favoráveis nos finais de semana e feriados.

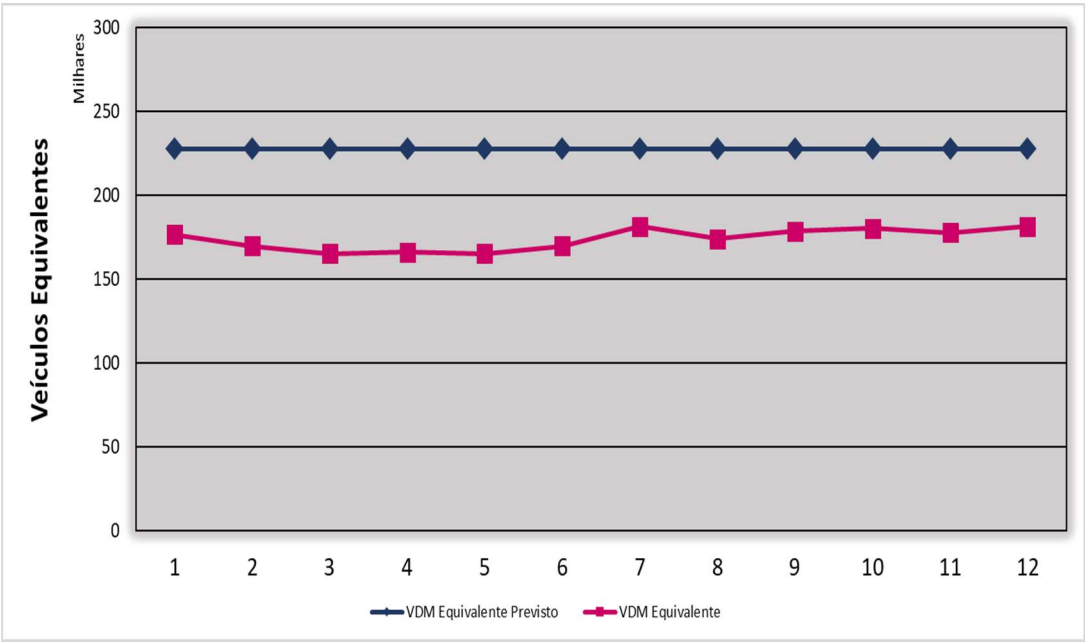
O tráfego de veículos pesados apresentou aumento de 7,1% devido ao ciclo de celulose da região.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2024	2023	Var.
Leves	19.118	18.646	2,5%
Pesados	44.566	41.603	7,1%
Total	63.684	60.249	5,7%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2024, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Tarifa e tarifa média

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou redução de 4,8% em 2024.

Em setembro/23, foi aplicado o reajuste das tarifas de pedágio da Eco101 com redução de 6,69% devido à variação do IPCA e à incidência dos Fatores X e D. O reajuste considerou o reequilíbrio decorrente dos impactos causados pela pandemia por Covid-19 entre março e dezembro de 2020 (+0,11631%). De acordo com o contrato de concessão, o reajuste estava previsto para ser aplicado em 18 de maio de 2022.

O reajuste das tarifas de pedágio da Eco101, previsto para ser aplicado em 18 de maio de 2023, está em análise pela ANTT em razão do processo de otimização e readequação do contrato de concessão.

Tarifa Média (em R\$)	2024	2023	Var.
Eco101	3,81	4,00	-4,8%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2024.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)									
Praça de Pedágio	Categoria de veículo								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 KM 0,8	3,40	6,80	5,10	10,20	6,80	13,60	17,00	20,40	1,70
P2 KM 85,8	4,60	9,20	6,90	13,80	9,20	18,40	23,00	27,60	2,30
P3 KM 171,7	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P4 KM 242	4,20	8,40	6,30	12,60	8,40	16,80	21,00	25,20	2,10
P5 KM 320,8	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15
P6 KM 398,9	3,60	7,20	5,40	10,80	7,20	14,40	18,00	21,60	1,80
P7 KM 452	2,00	4,00	3,00	6,00	4,00	8,00	10,00	12,00	1,00

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$517,6 milhões em 2024, aumento de 12,3% em relação ao ano anterior devido, principalmente, ao maior volume de obras no período e consequentemente maior receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$21,1 milhões, aumento de 0,3% em relação a 2023.

Receitas de Pedágio: R\$243,0 milhões em 2024, aumento de 0,7% devido ao crescimento do tráfego de veículos.

Receitas Acessórias: R\$6,1 milhões em 2024, aumento de 7,6%, em função do incremento nos contratos de arrendamentos de área.

Receita de Construção: R\$268,5 milhões em 2024, aumento de 25,5% devido ao maior volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$4.757,4 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Receitas de Pedágio	243,0	241,2	1.871,2
Receitas Acessórias	6,1	5,7	43,2

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Receita de Construção	268,5	213,9	1.864,6
Total	517,6	460,8	3.779,0

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$517,9 milhões em 2024 (+12,3%) devido, principalmente, ao aumento da base de ativos (depreciação e amortização) e maior volume de obras contratuais no período (custo de construção). **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$127,6 milhões, redução de 4,0% em relação a 2023.**

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.485,5 milhões corresponde aos custos operacionais e despesas administrativas desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2024.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Custos	517,9	461,3	2.506,3

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA

Em 2024, o EBITDA¹ totalizou R\$26,5 milhões, em função da provisão para *impairment* no montante de R\$41,5 milhões (vide Nota 11 das Demonstrações Financeiras da Companhia). O EBITDA ajustado², excluindo, provisão para manutenção e provisão para *impairment*, totalizou R\$ 101,0 milhões (margem EBITDA ajustada de 44,3%), aumento de 8,7% em relação a 2023.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$34,9 milhões, o que representa redução de 36,0% em relação a 2023. Esse impacto ocorreu devido, principalmente, pela redução da variação monetária da provisão para contingências diversas (rubrica “outros efeitos financeiros”).

Prejuízo do Exercício

Em 2024, a Eco101 apresentou prejuízo de R\$97,3 milhões, em virtude, principalmente, da provisão para *impairment* no montante de R\$41,5 milhões (vide Nota 11.e).

Disponibilidade Financeira e Endividamento

A Eco101 encerrou o exercício de 2024 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva no valor de R\$27,3 milhões e a dívida bruta (composta por empréstimos e financiamentos) de R\$257,2 milhões. A dívida líquida encerrou o exercício em R\$229,9 milhões e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 2,3x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide a Nota Explicativa nº 14 da Demonstração Financeira.

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$353,1 milhões em 2024. Os principais investimentos ocorreram nas obras de interseção, passarelas e conservação especial de pavimento.

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
Intangível	338,5	278,8	2.116,7
Imobilizado	14,6	5,3	62,1
Investimentos totais	353,1	284,1	2.178,8

Valor Adicionado

Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$7,8 milhões negativos, em virtude da provisão para *impairment* no montante de R\$41,5 milhões, isto é, -1,5% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 26,6 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$129,6 milhões negativos e a representatividade de -28,5%.

ISS repassados

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2024 foi de R\$11,9 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2024	2023	Acumulado até 2022
ISS - Imposto Sobre Serviço	11,9	11,8	91,5

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

Planejamento e Gestão empresarial

O sucesso que as concessionárias têm alcançado ao se adaptarem às rápidas mudanças no setor de transportes é resultado, em grande parte, da qualidade do seu planejamento empresarial. Desde que assumiu o Contrato de Concessão, a Companhia desenvolve seu Sistema de Gestão Integrado, fundamentado nos requisitos das Normas ISO 9001, ISO 9004, ISO 14001, ISO 45001 e ISO 39001. Em maio de 2015, realizou a primeira auditoria interna e submeteu seu Manual de Gestão à ANTT.

Demonstrando seu compromisso com a evolução do Sistema de Gestão Integrado, a Eco101 mantém, desde outubro de 2017, as certificações nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001: 2018 e ISO 39001:2015 para todos os seus processos e sites, com o seguinte escopo:

"Atividades de administração de serviços em rodovia, incluindo: Todas as atividades de conservação de rotina, projetos e gestão de obras, operação, manutenção, pedágio, assistência ao usuário, inspeção de tráfego, atendimento pré-hospitalar, serviço de pesagem e serviço mecânico".

Essas certificações confirmam o compromisso da Eco101 com o desenvolvimento sustentável do negócio e o alinhamento de sua gestão com as melhores práticas de mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Recursos Humanos

Em 2024, a Companhia investiu R\$154,7 mil (R\$134,5 mil em 2023) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)x10.000
Gerente de atendimento ao usuário	1	0,06
Coordenador de tráfego	1	0,06
Supervisor de tráfego	2	0,11
Analista de tráfego	1	0,06
Fiscal faixa de domínio	2	0,11
Analista de faixa de domínio	2	0,11
Supervisor faixa de domínio	1	0,06
Operador de CCO	16	0,92
Operador de balança e serviços	39	2,24
Operador de tráfego	55	3,16
Supervisor operações rodoviárias	1	0,06
Supervisor CCO	1	0,06
Guincho leve	50	2,87
Guincho pesado	25	1,44
Coordenador de guincho	2	0,11
Médico	33	1,90
Condutor	55	3,16
Resgatista	42	2,41
Enfermeiro	45	2,59
Técnico de enfermagem	45	2,59
Coordenador médico	1	0,06
Total de Pessoal - Operacional	420	24,14
Coordenador de pedágio	1	0,06
Supervisor de pedágio	2	0,11
Controlador de sistema rodoviário	9	0,52
Controlador de CCO	4	0,23
Assistente administração serviços	2	0,11
Arrecadador	190	10,92
Assistente de pedágio	8	0,46
Total de Pessoal - Pedágio	216	12,41
Total de Pessoal - Concessionária	636	36,55

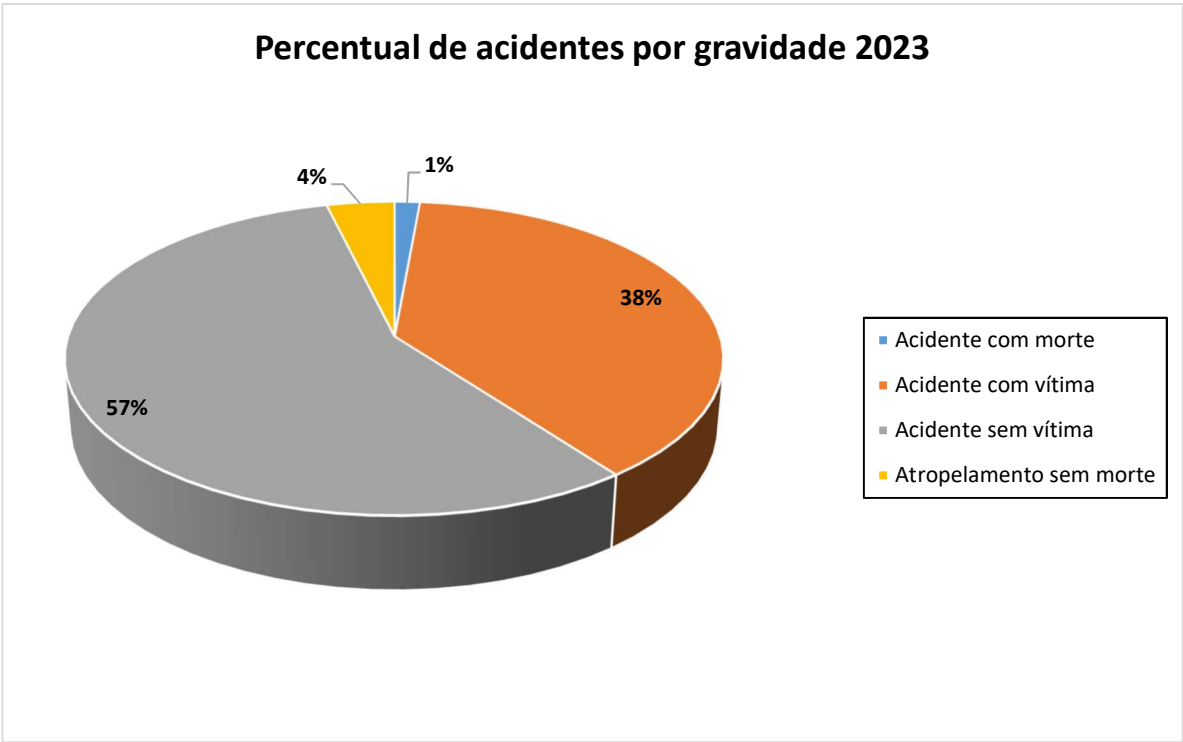
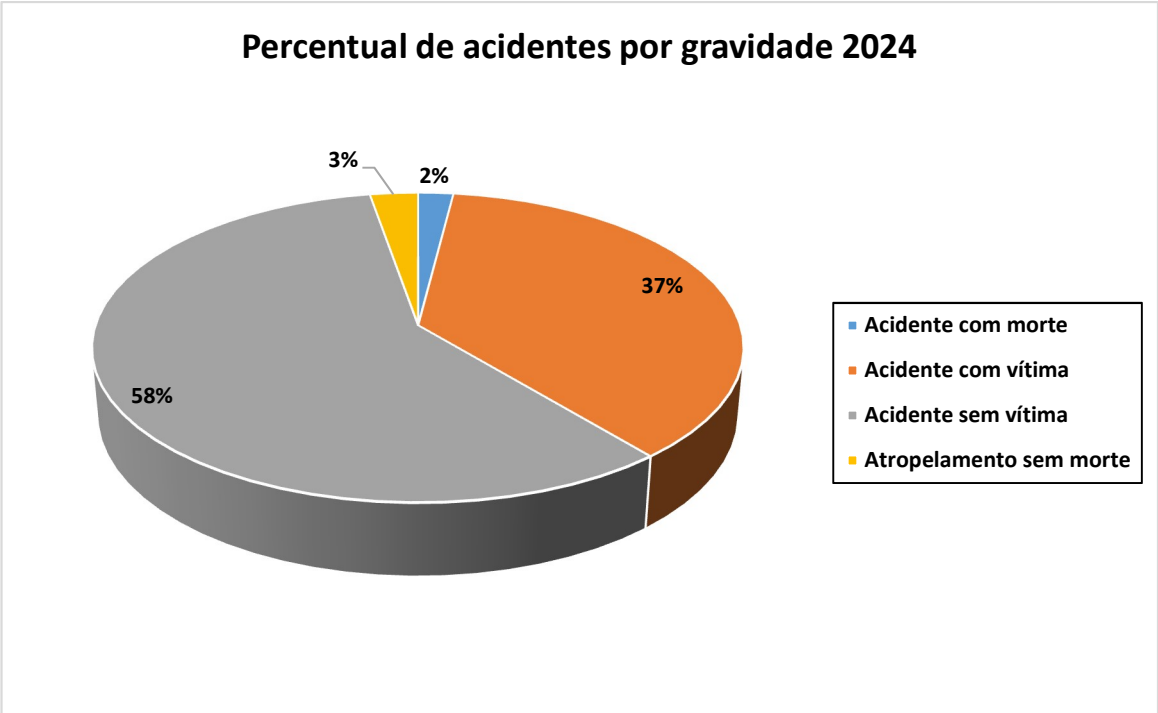
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores Operacionais

Segurança no Trânsito

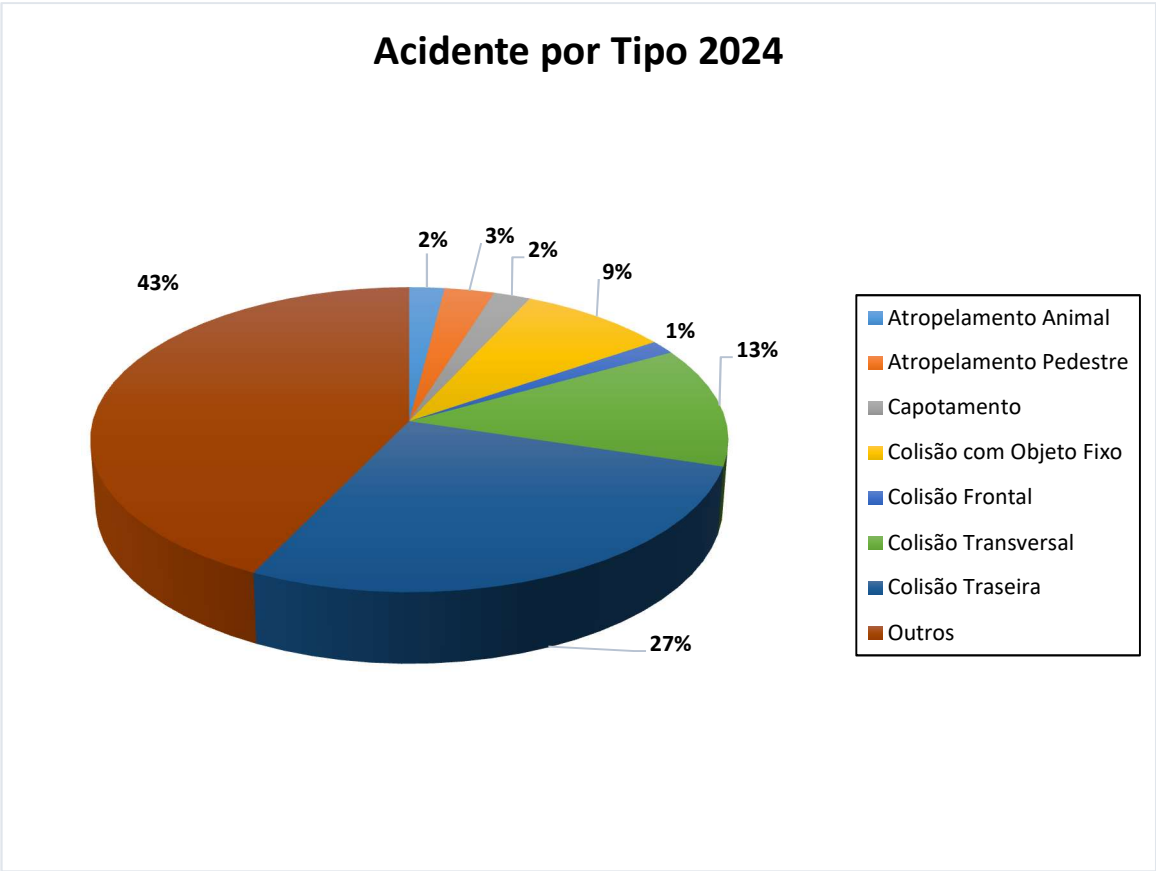
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados exercício de 2024. Para facilitar a interpretação e a comparação das informações entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da concessão e multiplicada por 100, visto que o resultado da divisão de veículos pela extensão da concessão é irrisório. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	12	2,51
Guincho leve	12	2,51
Guincho pesado	3	0,63
Guincho super pesado	3	0,63
Ambulância Tipo C	8	1,67
Ambulância Tipo D - UTI	4	0,84
Total de veículos operacionais	42	8,77
Administração	27	5,64
Pedágio	2	0,42
Caminhão pipa	3	0,63
Caminhão boiadeiro	3	0,63
Segurança do trabalho	1	0,21
Manutenção	1	0,21
Faixa de domínio	1	0,21
Total de veículos de apoio	38	7,94
Total de veículos aplicados na concessão	80	16,71

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa		Referência
Quilômetros da rodovia		478,7 km
Número de veículos que transitaram		Leve: 20.236.528 milhões
		Comercial: 10.129.169 milhões
Tarifa		Verificar abertura na tabela de tarifas
Número de praças de pedágio		7 (sete)
Número de quilômetros mantidos		478,7 km
Índice de congestionamento		Por velocidade média dos veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente		Cat 1: 200.300
		Cat 2: 44.572
		Cat 3: 1.824
		Cat 4: 70.740
		Cat 5: 535
		Cat 6: 61.661
		Cat 7: 52.978
		Cat 8: 152.255
		Cat 9: 6.269
		Outros : 102.738
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)		174.000 mil
Equipes utilizadas pela concessionária		Conforme tabela Funcionários alocados na Concessão
Índices de qualidade de estrada		Deflexão característica (DC)
		Flecha na trilha de roda
		Índice de condição do pavimento (ICP)
		Índice de Gravidade Global (IGG)
		Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI)
		Índice de retrorrefletância
		Trincamento (TR)
		Valor de resistência a derrapagem (VRD)
Receita de pedágio nos 2024		R\$ 243,0 milhões
Custos associados às receitas de pedágio nos 2024		R\$ 249,4 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	636 funcionários
Despesas com pessoal nos 2024	R\$ 32,1 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação nos 2024	R\$ 88,9 milhões
Ativo líquido	R\$ 27,3 milhões
Ativo bruto	R\$ 1.924,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2024	R\$ 2.816,0 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2024	8,32%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração nos 2024	R\$ 21,2 milhões
Despesas com manutenção nos 2024	R\$ 25,1 milhões
Outras despesas	R\$ 19,8 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 2.030
	Com feridos: 1.351
	Com mortos: 90

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 3,81
Custo por veículo ou km	R\$ 3,92

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2024 Valor em R\$ mil	2023 Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	517.593	460.800
Receita líquida (RL)	496.483	439.747
Resultado Operacional (RO)	-62.353	-182.742
Folha de Pagamento bruta (FPB)	32.115	32.421
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	32.115	32.421
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.395	11%	1%	3.140	10%	1%
Encargos sociais	4.815	15%	1%	4.970	15%	1%
Previdência privada	313	1%	0%	379	1%	0%
Saúde	3.625	11%	1%	3.461	11%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	104	0%	0%	67	0%	0%
Educação	41	0%	0%	42	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	155	0%	0%	134	0%	0%
Creches ou auxílio creche	96	0%	0%	97	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.372	4%	0%	1.315	4%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	13.916	43%	3%	13.605	42%	3%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	9	0%	0%	81	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	2	0%	0%	1	0%	0%
Esporte	3	0%	0%	4	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	12	0%	0%	9	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	26	0%	0%	95	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	26	0%	0%	95	0%	0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1839	6%	0%	2444	8%	1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	2035	6%	0%	1120	3%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	3.874	12%	1%	3.564	11%	1%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	393	411
Tempo de serviço	13% até seis meses 9% de seis meses a um ano 17% entre um e dois anos 22% entre dois e cinco anos 39% mais de cinco anos	13% até seis meses 13% de seis meses a um ano 10% entre um e dois anos 24% entre dois e cinco anos 40% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	104	114
Nº de demissões durante o período	123	113
Nº de colaboradores terceirizados	1.005	1.362
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	6	18
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	61	60
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	277	288
Nº de colaboradores acima de 45 anos	49	45
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	228	238
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	33,0	0,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.241.947	7.935.734
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	232	225
% de cargos gerenciais ocupados por negros	33	0
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	13	12
Total de horas extras trabalhadas	54.787	48.714
Total de horas extras pagas	833.594	712.282
Total de INSS pagos	3.445	3.622
Total de FGTS pago	1.370	1.348
Total de Contribuição Sindical paga	65	487
Total de demais encargos sociais pagos	0	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	0	0
Total de CSLL recolhidos no período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	1.649	7.583
Total de COFINS recolhidos no período	7.660	1.633
Total de outros tributos recolhidos no período	11.884	11.799

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3499%	2842%

Número total de acidentes de trabalho	6	3
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	83,5% na Concessionária 0,1% no PROCON 16,4% na Justiça	88,6% na Concessionária 0% no PROCON 11,4% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	-829,8% governo 3848,6% acionistas -1270,6% colaboradores -1648,2% terceiros	40,6% governo -78,5% acionistas -26,4% colaboradores 193,5% terceiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2024: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2024 totalizaram R\$122,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A, declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Serra – ES, 18 de março de 2025.

A Administração

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101” ou “Companhia”), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão do Sistema Rodoviário BR-101 ES/BA, mediante concessão federal (Edital de licitação nº 01/11), incluindo a exploração de receitas acessórias. O Contrato de Concessão com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, assinado em 17 de abril de 2013, possui prazo final em 09 de maio de 2038. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.1. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, Bairro Laranjeiras, no município de Serra – ES. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurélia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria “B”, na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

1.1 Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão.

Conforme Fatos Relevantes, divulgados em 15 de julho de 2022, 01 de junho de 2023 e 30 de agosto de 2023, a declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, ensejou a celebração, em 30 de agosto de 2023, do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“Contrato de Concessão”), firmado pela Eco101 com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“Terceiro Aditivo”).

O Terceiro Aditivo estabeleceu as condições de prestação dos serviços e as responsabilidades das partes durante o período de relicitação da BR-101/ES/BA, nos termos da Lei Federal nº 13.448/2017 e do Decreto nº 11.539, de 31 de maio de 2023, que qualificou o empreendimento para relicitação. Sucessivos Termos Aditivos ao Contrato de Concessão foram sendo firmados, para prorrogar a suspensão de eficácia do Terceiro Aditivo. O último deles – Sexto Termo Aditivo – foi celebrado em 17 de dezembro de 2024, para prorrogar a suspensão por mais 180 dias, a partir de 23 de dezembro de 2024. As prorrogações foram necessárias para a conclusão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso/TCU. Em sessão realizada em 25 de setembro de 2024, o TCU aprovou com condicionantes, por unanimidade, a proposta de Termo de Autocomposição para a otimização e modernização do Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de setembro de 2024. A Eco101, juntamente com a ANTT e Ministério apresentaram manifestação demonstrando o atendimento das condicionantes, o que foi reconhecido pelo TCU, em 12 de março de 2025, ensejando a celebração do Termo de Autocomposição, firmado em 17 de março de 2025, pela Eco101, União – por intermédio do Ministério dos Transportes, e ANTT, com interveniência do TCU. Com a aprovação do TCU e a celebração do Termo de Autocomposição, a ANTT adotará as medidas necessárias para realização do processo competitivo, por meio de leilão, para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101, conforme Fato Relevante de 17 de março de 2025. O critério de julgamento será o de melhor proposta, pelo menor valor da tarifa de pedágio. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e será realizado um novo termo aditivo de readequação do Contrato de Concessão com o vencedor do leilão. A Eco101 permanecerá operando o trecho concedido, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

Por estarem suspensos os efeitos decorrentes dos aditivos assinados em 30 de agosto de 2023, 26 de fevereiro de 2024, 24 de junho de 2024 e 17 de dezembro de 2024, não há nesse momento nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da Companhia. Eventuais efeitos econômicos e financeiros decorrentes da autocomposição serão reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando do início da vigência do aditivo de readequação do Contrato de Concessão.

A Companhia vem apresentando Capital Circulante Negativo e prejuízos acumulados em função de sua situação econômica, porém as necessidades de caixa vem sendo e continuarão sendo supridas, através de aporte de capital, realizados pelo seu acionista.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês)

Com o objetivo de desenvolver e aplicar os temas relacionados a ESG, e contribuir com a Sustentabilidade do negócio, o Conselho de Administração do Grupo EcoRodovias aprovou no início de 2024 a sua Agenda ESG 2030. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos em 10 vias de Sustentabilidade, incluindo metas nos temas de mitigação e adaptação climática; segurança viária e ocupacional; direitos humanos, entre outros. Esses compromissos visam ao ano de 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, inclusive para todos os colaboradores.

No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias estabeleceu os alicerces de um plano de descarbonização, sendo este um documento revisado periodicamente de modo a incluir novas tecnologias e soluções de baixo carbono. Em 2024 foi estruturado um estudo de transição energética que avalia soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono e I-REC (aquisição de certificados de energia renovável) para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

Outro compromisso da Agenda ESG 2030 está relacionado à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias realizou estudo de vulnerabilidade climática com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (anos de 2030 e 2050). Esse estudo é periodicamente revisado de maneira a incluir novas concessões e novos cenários climáticos, além de incorporar aprimoramentos de metodologia. O estudo revisado em 2024 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do grupo.

Os resultados desse trabalho são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA *dual*”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

1.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entraram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

- Alterações ao IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements* - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

As novas divulgações incluem as seguintes principais informações:

- (a) Os termos e condições dos acordos SFAs.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Para a data de início e fim do período de reporte:

(i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs.

(ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento.

(iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs.

(c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i).

(d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação.

As alterações mencionadas acima não causaram qualquer impacto material para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.3. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Em 18 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizados abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (Nota 22).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos intangíveis

O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 11, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

3.3 Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 10,10% ao ano (10,43% para o exercício findo em 31 de dezembro 2023), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

Provisão para perdas ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

3.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.5 Custos de empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.6 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

3.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.

3.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que forem promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

3.11 Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

3.12 Normas emitidas e/ou alteração de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

A Companhia apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras elaboradas em *compliance* com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das

Notas Explicativas

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações causarão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.13 Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

3.14 Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

3.15 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis

3.16 Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contemplados a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Redução ao valor recuperável: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas para redução ao valor recuperável, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.2. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e).

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota 3.5, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos e financiamentos, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,10% ao ano (10,43% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3.268	3.465
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	1.263	379
Aplicações compromissadas (b)	1.815	12.951
Aplicações automáticas (c)	26	117
	6.372	16.912

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2024 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 39,5% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 60,5% aplicações em Cotas de Fundos. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 100,7% em 31 de dezembro de 2024 (102,8% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90% do CDI em 30 de setembro de 2024 (92,5% em 31 de dezembro de 2023), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2024	31/12/2023
Cotas fundo – BTG CDB I e Plus (a)	811	122
Cotas fundo – FIDC ECO (b)	15	3
	826	125

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo com gestão do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB I e PLUS), este fundo aplica em papéis de renda fixa e em outras instituições financeiras e possui a mesma estratégia da política de investimentos do grupo EcoRodovias. Os recursos são remunerados à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui liquidez diária.
- (b) Em 31 de dezembro de 2024, os recursos referem-se às aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo EcoRodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 100,7% do CDI (102,8% em 31 de dezembro de 2023), vinculado ao fundo de investimento.

No Fundo de Direitos Creditórios (FIDC_ECO), os recursos são utilizados para financiar nossos fornecedores através da antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Fundo FIDC_ECO em troca do recebimento antecipado do título. O Fundo FIDC_ECO, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor na conta do Fundo FIDC_ECO. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Fornecedores - FIDC” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2024, o valor cedido em favor dos fornecedores era de R\$ 1.731.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA**

As aplicações financeiras – conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento (a)	20.106	19.284
	<u>20.106</u>	<u>19.284</u>
Circulante	3.381	2.689
Não circulante	16.725	16.595

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 100,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (99,5% em 31 de dezembro de 2023).

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias.

A composição está assim representada:

	31/12/2024	31/12/2023
Pedágio eletrônico (a)	16.206	15.466
Receitas acessórias (b)	1.925	1.732
Outras contas a receber (c)	448	320
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.736)	(1.511)
	<u>16.843</u>	<u>16.007</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas nas modalidades “cartão de débito” e “cartão de crédito”.
- (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	16.829	15.969
Vencidos:		
Até 30 dias	22	37
De 31 a 90 dias	41	80
De 90 a 120 dias	21	31
Acima de 120 dias	1.666	1.401
	<u>18.579</u>	<u>17.518</u>

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	(1.511)	(1.229)
Valores recuperados	40	8
Constituição de PECLD	(265)	(290)
Saldo no fim do exercício	(1.736)	(1.511)

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	31/12/2024	31/12/2023
Cível	143	94
Trabalhista	946	1.192
	1.089	1.286

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 17 Provisão para Perdas Ambientais, Cíveis e Trabalhistas.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.286	1.227
Adições	1.870	7
Baixas	(2.118)	-
Atualização monetária	51	52
Saldo no fim do exercício	1.089	1.286

10. IMOBILIZADO

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,9	11,2	6,4	3,0	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	43.842	13.523	3.134	492	968	666	62.625
Adições	12.454	1.063	819	230	-	-	14.566
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2024	56.296	14.586	3.952	722	968	666	77.190
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2023	(35.856)	(9.218)	(1.991)	(468)	-	(666)	(48.199)
Adições	(3.443)	(1.581)	(228)	(18)	-	-	(5.270)
Baixas	-	-	1	-	-	-	1
Saldos em 31/12/2024	(39.299)	(10.799)	(2.218)	(486)	-	(666)	(53.468)
RESIDUAL							
Em 31/12/2024	16.997	3.787	1.734	236	968	-	23.722
Em 31/12/2023	7.986	4.305	1.143	24	968	-	14.426

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,5	11,9	8,9	4,9	-	0,2	-
Saldos em 31/12/2022	39.632	13.213	2.513	479	968	666	57.471
Adições	4.461	310	560	13	-	-	5.344
Baixas	(177)	-	(13)	-	-	-	(190)
Transferências	(74)	-	74	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	43.842	13.523	3.134	492	968	666	62.625
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2022	(33.584)	(7.621)	(1.751)	(444)	-	(665)	(44.065)
Adições	(2.269)	(1.597)	(254)	(24)	-	(1)	(4.145)
Baixas	-	-	11	-	-	-	11
Transferências	(3)	-	3	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	(35.856)	(9.218)	(1.991)	(468)	-	(666)	(48.199)
RESIDUAL							
Em 31/12/2023	7.986	4.305	1.143	24	968	-	14.426
Em 31/12/2022	6.048	5.592	762	35	968	1	13.406

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11. INTANGÍVEL**

	Contrato de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	8,8	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2023	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
Adições	136.082	157.046	438	1.703	295.269
Baixas	-	(1.452)	-	(135)	(1.587)
Transferências	181.894	(181.948)	54	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	(41.512)	-	-	-	(41.512)
Saldos em 31/12/2024	1.818.287	356.421	5.411	81.770	2.261.889
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2023	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
Adições	(70.547)	-	(455)	(12.629)	(83.631)
Baixas	-	-	-	73	73
Saldos em 31/12/2024	(366.501)	-	(4.338)	(51.722)	(422.561)
RESIDUAL					
Em 31/12/2024	1.451.786	356.421	1.073	30.048	1.839.328
Em 31/12/2023	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716

	Contrato de Concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Softwares de terceiros	Direito de Uso CPCo6 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	9,3	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022	1.433.201	412.067	4.749	47.576	1.897.593
Adições	115.545	124.932	170	32.626	273.273
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	154.224	(154.224)	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável	(161.147)	-	-	-	(161.147)
Saldos em 31/12/2023	1.541.823	382.775	4.919	80.202	2.009.719
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022	(232.043)	-	(3.436)	(25.034)	(260.513)
Adições	(63.911)	-	(447)	(14.132)	(78.490)
Saldos em 31/12/2023	(295.954)	-	(3.883)	(39.166)	(339.003)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023	1.245.869	382.775	1.036	41.036	1.670.716
Em 31/12/2022	1.201.158	412.067	1.313	22.542	1.637.080

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como intervenção e levantamento e reabilitação de pavimento e sinalização, duplicações, elementos de proteção, segurança e infraestrutura para as praças de pedágios.
- (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2024 foram de 3,94% a.a. (3,94% a.a. em 31 de dezembro de 2023).
- (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2024 referem-se a: obras na duplicação, pavimentações, desapropriações, sinalizações, consultoria de apoio de ampliação às obras, terraplenos e estruturas de contenção e infraestrutura.
- (d) Amortização realizada conforme prazo do contrato de arrendamentos.
- (e) Provisão para redução ao valor recuperável: A Administração da Companhia contratou uma consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2024. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFE ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo do contrato de concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 12,18% a.a. (16,51% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia identificou ajuste da provisão a ser constituído no resultado do exercício no montante de R\$41.512 (R\$161.147 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados R\$24.025 (R\$26.948 em 31 de dezembro de 2023) referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

12. 1 Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(97.279)	(237.285)
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	33.075	80.677
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(136)	(82)
Despesas indedutíveis	(6)	(2)
Incentivos fiscais (PAT)	(15)	(16)
Créditos tributários não constituídos (a)	(18.341)	(13.587)
Provisão multa órgão regulador (b)	(5.794)	(17.929)
Provisão para redução ao valor recuperável (c)	(14.114)	(54.790)
Outros	5.331	5.729
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(a) Créditos tributários não constituídos em função de não haver expectativa de realização futura.

(b) Deve-se principalmente à constituição de provisão para contingências sem a constituição do imposto diferido.

(c) Vide Nota 11.e.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo líquido de arrendamento:	35.080	45.053
Circulante	13.852	12.813
Não circulante	21.228	32.240

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	45.053	23.170
Adições	1.703	32.626
Baixas	(135)	-
Encargos financeiros (Nota 22)	4.460	4.106
Pagamento principal	(11.541)	(10.743)
Pagamento de juros	(4.460)	(4.106)
Saldo no fim do exercício	35.080	45.053

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa %	
	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	10,17	10,13
2 anos	10,21	10,14
3 anos	10,22	10,17
4 anos	10,21	10,21
5 anos	10,21	10,21
6 anos em diante	-	10,21

Vencimento das prestações	31/12/2024	31/12/2023
Menos de 1 ano	14.737	14.785
Entre 1 e 2 anos	12.732	15.741
Entre 2 e 5 anos	14.295	21.487
Acima de 5 anos	-	3.507
Total valores não descontados	41.764	55.520
Total juros embutidos	(6.684)	(10.468)
	35.080	45.052

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2024	31/12/2023
Em moeda nacional:				
Finem – BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	97.519	115.646
Finem – BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	159.657	179.202
			<u>257.176</u>	<u>294.848</u>
Circulante			45.197	41.044
Não circulante			211.979	253.804

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	43.620
2026	48.407	47.996
2027	53.252	52.801
2028	58.552	58.058
2029	33.709	33.423
Posteriores a 2029	18.059	17.906
	<u>211.979</u>	<u>253.804</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	294.848	327.949
Encargos financeiros (Nota 22)	28.688	32.760
Pagamento principal	(40.160)	(36.290)
Pagamento de juros	(26.200)	(29.571)
Saldo no fim do exercício	<u>257.176</u>	<u>294.848</u>
Circulante	45.197	41.044
Não circulante	211.979	253.804

Descrição do contrato de empréstimo e financiamento bancário vigente:

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total $\geq$ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq$ 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Penhor das ações da Beneficiária e Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme descrito acima, o contrato de financiamento requer a manutenção de alguns índices financeiros (*covenants*), medidos semestralmente pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de cada período. Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia está parcialmente adimplente com os referidos índices. O descumprimento do “ICSD – índice de cobertura do serviço da dívida”, ocorreu em virtude do registro da provisão para redução ao valor recuperável, descrito na Nota 11.e). O não cumprimento do referido índice não gera vencimento antecipado da dívida, apenas limita a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório por lei de 25%. A Companhia não está realizando nenhuma distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, em virtude de prejuízos acumulados de períodos anteriores.

Instituição financeira	Descrição da cláusula	Índice	
		requerido	Medido
BNDES	ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	0,28
	Patrimônio líquido/ativo total	≥ 20%	64,50%

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

A Companhia está adimplente com as demais cláusulas restritivas do referido contrato.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possuía créditos não utilizados no contrato de financiamento, de R\$457.152, respectivamente.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)				Montantes envolvidos						Outras informações	
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
(a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	Controladora	01/01/2024	31/12/2024	9.051	73	-	926	Em até 45 dias	6.552	1.947	204	N/A	Devedor
(b)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	19/01/2023	31/05/2026	1.738	466	-	-	Em até 45 dias	1.037	-	-	N/A	Devedor
(c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A	Controladora	-	-	-	-	14	35	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor/Devedor
(d)	Eco050 Concessionária de Rodovias S.A	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	345	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
(d)	Concessionária Ecovias do Cerrado S.A	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	48	-	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Credor
Total em 31 de dezembro de 2024							407	961		7.589	1.947	204		
Total em 31 de dezembro de 2023							1	720		3.709	4.333	633		

- (a) A Ecorodovias Concessões e Serviços é controladora direta da Companhia, e presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
- (b) A Sinelec S.p.A, parte relacionada controlada pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias, presta serviços referente as atividades de investigação e desenvolvimento, para conceber, implementar e montar site para teste de conceito (POC) de sistema *Multilane Freeflow Tolling* (MLFF).
- (c) Transferência de funcionários entre empresas. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.
- (d) Repasse de despesas entre as unidades. Adicionalmente, não há transações entre as partes em 31 de dezembro de 2024, trata-se apenas da divulgação do relacionamento entre as entidades.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024 em R\$2.030 (R\$1.592 para o exercício de 2023).

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração (fixa/variável)	1.382	998
Outros	1	-
Remuneração com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	52	123
Seguro de vida	3	3
Assistência saúde	131	113
Previdência privada	79	68
FGTS	72	65
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	248	222
	<u>1.968</u>	<u>1.592</u>

16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	31/12/2023	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2024
Constituição da provisão para manutenção	182.601	43.434	-	-	226.035
Efeito do valor presente sobre constituição	(54.257)	(10.536)	-	-	(64.793)
Realização da manutenção	(72.196)	-	(44.954)	-	(117.150)
Ajuste a valor presente – realizações	31.246	-	-	9.571	40.817
	<u>87.394</u>	<u>32.898</u>	<u>(44.954)</u>	<u>9.571</u>	<u>84.909</u>
Circulante	18.952				23.476
Não circulante	68.442				61.433

	31/12/2022	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para manutenção	139.934	42.667	-	-	182.601
Efeito do valor presente sobre constituição	(43.452)	(10.805)	-	-	(54.257)
Realização da manutenção	(34.050)	-	(38.146)	-	(72.196)
Ajuste a valor presente – realizações	22.467	-	-	8.779	31.246
	<u>84.899</u>	<u>31.862</u>	<u>(38.146)</u>	<u>8.779</u>	<u>87.394</u>
Circulante	23.717				18.952
Não circulante	61.182				68.442

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

17.1 Causas prováveis

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	79	120.108	2.017	122.204
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	164	6.003	6.167
(-) Pagamentos	-	(653)	(4.990)	(5.643)
(+) Atualização monetária	10	14.194	1.240	15.444
Saldos em 31 de dezembro de 2024	89	133.813	4.270	138.172

	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	79.433	754	80.187
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	35	18.749	2.257	21.041
(-) Pagamentos	-	(1.210)	(1.517)	(2.727)
(+) Atualização monetária	44	23.136	523	23.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023	79	120.108	2.017	122.204

(a) Processos ambientais

O valor provisionado corresponde principalmente a processo(s) envolvendo suposto descumprimento de normativo ambiental, não existindo processos de valor individual relevante e/ou processos que envolvam danos ao meio ambiente e necessidade de reparação.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos da prestação de serviços pela Concessionária e/ou em acidentes ocorridos nas rodovias. As principais variações no período referem-se a ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pela fiscalização do contrato.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde a reclamações trabalhistas envolvendo empregados de empresas terceirizadas declaradas insolventes pela justiça, bem como, empregados próprios, em que os objetos das ações têm como pedido o pagamento de complementações de rescisões contratuais, adicionais de insalubridade e pleitos de indenização por horas extras.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.2 Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte em outros processos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários envolvendo riscos de perda para a Companhia avaliados como possíveis, portanto, sem a constituição de provisão, conforme demonstrado abaixo, não existindo processo de valor individual relevante.

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	184	195
Cíveis	666.957	582.340
Trabalhistas	7.036	13.353
Tributários	2	351
	674.179	596.239

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2024	31/12/2023
Parcelas:		
Taxa de fiscalização	739	711
	739	711
Circulante	739	711

A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2024, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$739 (R\$711 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	711	679
Custo (Nota 21)	10.369	8.533
Pagamento do principal	(10.341)	(8.501)
Saldo no final do exercício	739	711

18.1 Informações sobre o Contrato de Concessão

Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Data da assinatura: 17 de abril de 2013 (início do prazo da concessão em 10 de maio de 2013, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens).

Objeto da Concessão: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória.
O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: IPC-A
Data de reajuste: 18 de maio de cada ano.

Prazo de vigência: 09 de maio de 2038.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do poder concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo poder concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrente de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além dos descritos na Nota 1.1.

Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a receita e o custo de construção totalizaram R\$268.536 (R\$213.915 em 31 de dezembro de 2023), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão.

Conforme descrito na Nota 16 Provisão para Manutenção, a Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do Contrato de Concessão.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2024, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	976.997	1.134.692
Conservação especial (manutenção)	389.738	445.714
Equipamentos	452.195	455.449
Total	1.818.930	2.035.855

Seguros Contratados

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2024, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia – Operações	31/12/2025	Fator	147.914
			147.914

18.2 Operação *Infinita Highway*

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Eco101”) em Serra – ES, no âmbito da “Operação *Infinita Highway*”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para a realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota 22 das Demonstrações Financeiras de 2020 (R\$92.752 em 31 de dezembro de 2024).

As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a Companhia.

Em 25 de junho de 2022, a Companhia tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a Companhia apresentou defesa na mencionada ação judicial. Em 11 de julho de 2024 foi proferida sentença que afastou os pedidos de aplicação de desconto tarifário e de dano moral coletivo. No entanto, determinou a “proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público”, pelo prazo de cinco anos. A sentença foi mantida pelo TRF2 em 05 de fevereiro de 2025. A Concessionária formulou recurso com pedido de esclarecimentos para o TRF2, o qual aguarda julgamento. Caso a decisão seja mantida pelo TRF2, caberão recursos às instâncias superiores.

Em 25 de julho de 2022, a Companhia tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a Companhia apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento, suspenso em razão da solução consensual objeto do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso, atualmente em apreciação pelo Tribunal de Contas da União (“TCU”).

Em 06 de setembro de 2022, a Companhia tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia. Esses entendimentos estão em apreciação pelo TCU no âmbito do processo nº 033.444/2023-4 – SECEX/Consenso e permaneceram assim no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU e da ANTT, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Controladora e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação *Infinita Highway*, que já foram objeto de análise nos pareceres jurídico anteriores. A controladora entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nestas demonstrações financeiras.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.682.092 e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$1.422.109, representados por 1.682.092.100 e 1.422.109.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Os aumentos de capital realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Data	Valor Nominal	Quantidade de ações	Valor total
19/01/2024	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
06/02/2024	R\$ 1,00 (um real)	45.000.000	45.000
14/05/2024	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
04/06/2024	R\$ 1,00 (um real)	20.000.000	20.000
23/07/2024	R\$ 1,00 (um real)	35.058.000	35.058
02/08/2024	R\$ 1,00 (um real)	34.000.000	34.000
02/09/2024	R\$ 1,00 (um real)	37.000.000	37.000
29/10/2024	R\$ 1,00 (um real)	15.000.000	15.000
26/11/2024	R\$ 1,00 (um real)	33.925.000	33.925
		259.983.000	259.983

19.2 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados nos referidos exercícios.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****20. RECEITA LÍQUIDA**

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	40.497	49.489
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	173.113	165.448
Vale-pedágio	29.044	26.105
Outras	304	177
	<u>242.958</u>	<u>241.219</u>
Receita de construção (b)	268.536	213.915
Receitas acessórias (c)	6.099	5.666
	<u>517.593</u>	<u>460.800</u>
Deduções da receita bruta	(21.110)	(21.053)
	<u>496.483</u>	<u>439.747</u>
	31/12/2024	31/12/2023
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(7.472)	(7.407)
PIS (0,65%)	(1.619)	(1.605)
ISS (3% a 5%)	(11.884)	(11.799)
Abatimentos	(135)	(242)
	<u>(21.110)</u>	<u>(21.053)</u>

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	32.115	29.904
Conservação e manutenção	25.101	25.024
Serviços de terceiros (a)	36.198	32.973
Seguros	1.955	2.917
Poder concedente (Nota 18)	10.369	8.533
Provisão para manutenção (Nota 16)	32.898	31.862
Custos de construção de obras	268.536	213.915
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11)	88.901	82.635
Locação de imóveis e máquinas	2.022	2.470
Outros custos e despesas operacionais	19.797	31.108
	<u>517.892</u>	<u>461.341</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	496.676	438.903
Despesas gerais e administrativas	21.216	22.438
	<u>517.892</u>	<u>461.341</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.528	4.261
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (Nota 9)	51	52
Outras receitas financeiras	134	105
	<u>4.713</u>	<u>4.418</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 14)	(26.383)	(29.620)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos (Nota 14)	(2.305)	(3.140)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção (Nota 16)	(9.571)	(8.779)
Juros capitalizados	24.025	26.948
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2) (Nota 13)	(4.460)	(4.106)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 17)	(15.444)	(23.703)
Atualização monetária outras contas a pagar	(4.462)	(15.676)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(219)	(205)
Outras despesas financeiras	(820)	(680)
	<u>(39.639)</u>	<u>(58.961)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(34.926)</u>	<u>(54.543)</u>

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****23. PREJUÍZO POR AÇÃO****23.1 Prejuízo básico por ação**

O prejuízo básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	(97.279)	(237.285)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	1.556.810	1.300.988
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	(0,06)	(0,18)

23.2 Prejuízo diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (a)	292.256	339.901
Disponibilidade (b)	(26.478)	(36.196)
Dívida líquida	265.778	303.705
Patrimônio líquido (c)	1.241.078	1.078.374
Índice de endividamento líquido	0,21	0,24

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e arrendamentos, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas 13 e 14.

(b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva, conforme detalhado nas Notas 5 e 7.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 95,2% do CDI em 31 de dezembro de 2024, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (96,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023).
- Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são como segue:

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	6.372	6.372
Clientes (b)	16.843	16.843
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (a)	20.932	20.932
Passivos:		
Fornecedores (b)	30.761	30.761
Fornecedores FIDC (b)	1.731	1.731
Risco sacado (b)	334	334
Empréstimos e financiamentos (c)	257.176	246.042
Passivo de arrendamento (d)	35.080	41.764
Classificação – Valor justo através do resultado		
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e)</i>	110	110

- (a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e de aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (b) Os saldos de “clientes”, “fornecedores”, “fornecedores FIDC” e “risco sacado” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (c) Os empréstimos e financiamentos estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento.
- (e) O valor refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para diretores estatutários da Companhia (Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock), baseado no valor das ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística (ECOR3), registrados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo EcoRodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia está exposta as principais variações:

- Taxas de Inflação: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado a reajustes tarifários;
- Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e
- Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) relacionado aos empréstimos e financiamentos da Companhia.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” de no mínimo AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$10.151 (R\$9.417 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
BNDES	66.701	66.701	66.701	122.764
Passivo de arrendamento	14.737	12.732	5.330	8.965
	81.438	79.433	72.031	131.729

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$177.405 (ativo circulante de R\$43.317 e passivo circulante de R\$220.722), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos, provisão para manutenção e outras contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	445	557	668
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(22.367)	(27.959)	(33.551)
Juros a incorrer, líquidos		(21.922)	(27.402)	(32.883)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	14,90%	18,63%	22,35%
TJLP (b)	8,50%	10,63%	12,75%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados – dezembro de 2024

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

25.1 Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5.

25.2 Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

25.3 Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transação	31/12/2024	31/12/2023
Direito de uso – CPC 06 (R2)	1.703	32.626

26. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

27. FORNECEDORES - RISCO SACADO

A Companhia mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2024, o valor é de R\$334 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Os pagamentos totais efetuados pelas instituições financeiras aos fornecedores que participam do acordo de financiamento de fornecedor - risco sacado, em 2024, foram de R\$279 (em 2023, R\$8.497).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

28.1 Aportes de capital

Em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$43.000 (quarenta e três milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 43.000.000 (quarenta e três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 14 de fevereiro de 2025, foi deliberado e integralizado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 50.000.000 (cinquenta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

28.2 Processo Competitivo

Em 17 de março de 2025, a Eco101, a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (“ANTT”), firmaram, com a interveniência do Tribunal de Contas da União – TCU (“TCU”), o Termo de Autocomposição decorrente da solução consensual para a resolução de controvérsias relativas ao Contrato de Concessão da BR-101/ES/BA.

Adicionalmente, a Companhia informa que a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou, em 17 de março de 2025, a publicação do Edital para a realização do processo competitivo, por meio de leilão e o critério de julgamento da melhor proposta pelo menor valor da tarifa de pedágio.

Notas Explicativas**Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Após a conclusão do processo competitivo, será celebrado o Aditivo ao Contrato de Concessão com o vencedor do leilão, garantindo a continuidade da prestação dos serviços públicos na BR-101/ES/BA e assegurando o interesse e segurança dos usuários.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Eco101" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita com arrecadação de pedágio (Nota 3.6 e 20)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3.2 e 11)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.808.207 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 18.2)

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os possíveis efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente.

Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos, estimou e provisionou os valores possivelmente devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 92.752 mil em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto. Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema.

Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial.

Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Ênfase – Extinção do Terceiro e Sexto Termos Aditivos ao Contrato de Concessão entre Eco101 e ANTT

Conforme divulgado nas Nota 1, Nota 1.1 e Nota 28.2, o Contrato de Concessão da Eco101 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") tem prazo final em 09 de maio de 2038. Entretanto, em 30 de agosto de 2023, a Companhia firmou o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o que qualificaria o empreendimento para relicitação. Não obstante, o Sexto Termo Aditivo, celebrado em 17 de dezembro de 2024, com o objetivo de obter uma conclusão consensual entre concessionária e poder concedente, prorrogou a suspensão do Terceiro Termo Aditivo por 180 dias. A finalização destas tratativas culminou, em 17 de março de 2025, na aprovação do Termo de Autocomposição entre Eco101, União Federal e ANTT, o qual determina a realização de processo competitivo, por meio de leilão para alienação de 100% (cem por cento) das ações da Eco101. Após a conclusão do processo competitivo, o Terceiro Termo Aditivo e o Sexto Termo Aditivo serão extintos e readequados com o vencedor do leilão. Por estarem suspensos, não há, nesse momento, nenhum reflexo decorrente do processo de relicitação e autocomposição a ser registrado no balanço e no resultado da Companhia. Essa situação, entre outras descritas nas Nota 1, Nota 1.1 e Nota 28, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Serra – ES, 18 de março de 2025.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022

Para fins do art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI da Resolução CVM 80/22, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Serra – ES, 18 de março de 2025.

Alberto Luiz Lodi
Diretor Presidente

Roberto Amorim Junior
Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores